

**ASSINALE O ENUNCIADO QUE ESTÁ CORRETO:**

**I - DIREITO CONSTITUCIONAL:**

- 1** - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:
- a) independência nacional e solução pacífica dos conflitos;
  - b) intervenção direta e armada em Estado vizinho beligerante;
  - c) silenciar diante de atos de terrorismo e racismo.
- 2** - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:
- a) a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Assembleias Legislativas;
  - b) o Executivo Federal, o Governo dos Estados e os Executivos Municipais;
  - c) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- 3** - O *Habeas Corpus* é um benefício que se concede sempre que alguém sofre ou se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, entretanto não cabe no seguinte caso:
- a) quando o ameaçado se apresenta voluntariamente perante o juízo criminal competente;
  - b) quando o militar sofre punição disciplinar;
  - c) quando o ameaçado, regularmente assistido de Advogado ou Defensor Público, comunica ao Ministério Público o fato resultante da violência.

**II - DIREITO CIVIL:**

- 4** - A menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos a vida civil, entretanto, para o menor, a incapacidade cessará quando:
- a) se inscrever como eleitor na Justiça Eleitoral;
  - b) de posse do Título de Eleitor exercer, pela primeira vez, o direito de voto;
  - c) colar grau em curso de ensino superior.
- 5** - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- a) os menores de 18 anos;
  - b) os menores de 16 anos;
  - c) os menores de 21 anos.
- 6** - A personalidade civil da pessoa começa:
- a) desde a concepção;
  - b) desde o momento em que foi inscrito o nome no Cartório do Registro Civil;
  - c) do nascimento.

**III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL:**

- 7** - Para propor ou contestar ação é necessário ter:
- a) capacidade e competência;
  - b) interesse e legitimidade;
  - c) sido citado judicialmente.
- 8** - Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma:
- a) da lei civil;
  - b) da lei orgânica da magistratura nacional;
  - c) da lei orgânica da magistratura estadual.

9 - O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre:

- a) alimentos;
- b) direito de visita dos filhos;
- c) direitos reais imobiliários.

#### IV- DIREITO PENAL:

10 - Não há crime sem:

- a) ofensa e ofensor;
- b) lei anterior que o defina;
- c) prova legal.

11 - Não há pena sem prévia:

- a) produção de prova testemunhal;
- b) petição do Ministério Público;
- c) cominação legal.

12 - Diz-se crime consumado quando:

- a) a vítima não resiste aos ferimentos e falece imediatamente;
- b) quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- c) quando o réu é preso em flagrante.

#### V- DIREITO PROCESSUAL PENAL:

13 - Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que não contrarie:

- a) os interesses das famílias das vítimas em assistir as respectivas diligências;
- b) a manifestação prévia do órgão competente do Ministério Público;
- c) a moralidade ou a ordem pública.

14 - O Ministério Público não poderá:

- a) desistir da ação penal;
- b) pedir absolvição do réu;
- c) manifestar-se favorável à prescrição da pena.

15 - A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) quando o acusado não for recolhido à prisão;
- b) quando o acusado se declarar arrependido e a vítima não se manifestar contrária ao arrependimento;
- c) o fato narrado evidentemente não se constituir crime.